



## Destinos turísticos e mudanças climáticas: análise da governança de riscos no Estado do Rio de Janeiro

<sup>1</sup>Ivy Xavier Sardinha Dutra Soares (IC-UNIRIO); <sup>1</sup>Tiago Juliano (orientador).

1 – Departamento Turismo e Patrimônio; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Apoio Financeiro: UNIRIO

Palavras-chave: **mudanças climáticas; destinos turísticos; governança de riscos.**

Introdução:

A governança de riscos associados às mudanças climáticas é cada vez mais importante para a gestão de destinos turísticos. De acordo com o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, 2018), estima-se que as atividades humanas tenham causado o aumento da temperatura média global em aproximadamente 1°C acima dos níveis pré-industriais e é provável que esse aquecimento alcance 2°C entre 2030 e 2052, se o atual ritmo de emissão de gases do efeito estufa (GEE) continuar. O aumento de temperatura acarreta diversos desequilíbrios no ambiente, produzindo eventos climáticos extremos (Artaxo; Rodrigues, 2019). Entender como e em que intensidade o turismo pode ser atingido pelas mudanças climáticas é essencial para que destinos turísticos se adaptem aos riscos dessas mudanças (Paula, 2019). Com efeito, espera-se que as mudanças climáticas possam intensificar conflitos por recursos naturais, provoquem insegurança alimentar e hídrica ou até mesmo o desaparecimento de localidades de interesse turístico (Grimm et al., 2018). Por outro lado, o turismo é um tributário importante dessas mudanças, podendo ser responsável por até 8% do total de emissões de GEE (Lenzen et al., 2018). Nesse sentido, essa pesquisa buscou identificar a percepção sobre mudanças climáticas de atores públicos e privados nos principais destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro, bem como levantar ações para o enfrentamento de riscos. Foram contemplados os municípios de Angra dos Reis, Armação de Búzios, Cabo Frio, Macaé, Paraty, Petrópolis e Rio de Janeiro, considerados prioritários no Mapa do Turismo Brasileiro. A preocupação global com a relação entre mudanças climáticas e turismo é relativamente nova (Grimm, 2016). Mais recentemente, a Declaração de Glasgow (OMT, 2021) representou um marco importante, ao definir uma agenda global de enfrentamento às mudanças climáticas no setor de turismo, baseada em ações de mensuração de emissões, descarbonização, regeneração, colaboração e financiamento. No contexto brasileiro, destinos localizados próximos à costa têm recebido maior atenção dos estudos que abordam as mudanças climáticas no contexto turístico, devido à existência de riscos mais visíveis e vinculados ao aumento do nível do mar, que podem prejudicar a imagem desses destinos e interferir na percepção dos turistas. Riscos como erosão, diminuição da área de praia, inundações e invasão de água salgada são fontes de grande preocupação para localidades costeiras e ilhas (Rocha; Silveira, 2021). A elevação do nível do mar também poderá prejudicar parte da população residente na zona costeira, devido à concentração demográfica e de serviços oferecidos nessas regiões (Kron, 2008), como é o caso do Estado do Rio de Janeiro. No presente cenário, torna-se imprescindível compreender como a percepção de representantes dos principais destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro acerca das mudanças climáticas tem se traduzido em estratégias de governança dos riscos. A análise do nível de internalização das mudanças climáticas nas políticas de turismo dos municípios fluminenses pode contribuir para avaliar o curso do debate público em torno desse tema, bem como subsidiar o desenho de estratégias mais assertivas do setor turístico nesse cenário de riscos e incertezas, tanto na esfera pública quanto na esfera privada do turismo.

Objetivo:

O principal objetivo da pesquisa correspondeu a identificar ações de enfrentamento às mudanças climáticas nos principais destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, foram definidos como objetivos específicos:



levantar a percepção de atores locais sobre riscos associados às mudanças climáticas e analisar a interação entre políticas de turismo e políticas do clima.

#### Metodologia:

O estudo apresenta natureza qualitativa, adotando como procedimentos de pesquisa: levantamento bibliográfico, análise documental e coleta de dados por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas. Em uma primeira etapa da pesquisa, foi empreendido um estudo bibliográfico para identificar contribuições teóricas sobre o tema das mudanças climáticas no turismo; bem como análise de documentos pertinentes ao tema, como relatórios técnicos e políticas do clima; declarações de conferências internacionais sobre mudanças climáticas; e políticas de turismo, na escala estadual e municipal. Com base nesses procedimentos, buscou-se responder como as mudanças climáticas eram abordadas em políticas de turismo e como o turismo é contemplado pelas estratégias oficiais de enfrentamento às mudanças climáticas. Uma etapa de pesquisa complementar consistiu na elaboração e aplicação de instrumentos de coleta de dados. Um questionário foi aplicado a representantes do turismo das sete cidades, congregados em seus conselhos municipais de turismo; e um roteiro de perguntas semiestruturadas foi aplicado a representantes dos órgãos públicos responsáveis pelo turismo nos destinos. Foram coletados dados junto a 38 atores públicos e privados de Angra dos Reis (5 participantes), Armação de Búzios (3 participantes), Cabo Frio (18 participantes), Paraty (2 participantes), Petrópolis (6 participantes) e Rio de Janeiro (1 participante), sendo 36 por meio de questionário e 2 através de entrevistas. O objetivo da coleta de dados primários consistiu em categorizar a percepção dos atores locais sobre a temática das mudanças climáticas e identificar possíveis ações de governança de riscos no turismo. A triangulação dos dados obtidos por meio de questionários, entrevistas e análise documental contribuiu para interpretar as percepções desses atores frente à existência ou não de ações de enfrentamento às mudanças climáticas.

#### Resultados:

Em consonância com o que foi encontrado na revisão de literatura (Gil et al., 2023), apesar de ser um tópico presente nas discussões e reconhecido como relevante, a implementação de políticas públicas efetivas que abordam diretamente as mudanças climáticas e seus impactos sobre o turismo ainda está longe de se concretizar nos principais destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro. Ao analisar as relações entre as políticas de turismo e do clima no cenário internacional, identifica-se que a postura do Brasil ainda permanece tímida na agenda climática global, colocando o país em uma posição de vulnerabilidade, tanto em termos de competitividade turística quanto em termos de sustentabilidade ambiental. Na escala estadual e municipal, identificou-se que muitos destinos nem sequer citam a questão climática em seus planos de turismo e aqueles que abordam a questão o fazem de forma pouco aprofundada e sem direcionar ações específicas para a governança dos riscos. A pesquisa contou com a participação de 38 representantes do setor turístico, sendo majoritariamente de gestores públicos (54,3%), seguidos de membros do setor privado (34,3%), além de representantes de órgãos da sociedade civil organizada (8,7%) e consultorias especializadas (2,9%). Pode-se inferir que os riscos associados às mudanças climáticas são percebidos como uma ameaça já existente para a maioria dos respondentes (80%), mas há atores que percebem como baixa a probabilidade desses riscos afetarem suas cidades (11,5%) ou mesmo como riscos inexistentes (8,6%). Há um entendimento predominante de que tanto fatores naturais quanto atividades humanas são fatores causadores das mudanças climáticas (68,6%), com uma ênfase significativa nas ações humanas (22,9%). O tema das mudanças climáticas é considerado prioritário para a maior parte (62,9%) dos representantes do turismo nos destinos fluminenses, embora parcela significativa (31,4%) considere existir temas mais relevantes para as localidades. Para os que identificam riscos associados às mudanças climáticas nos destinos onde atuam, os eventos mais comuns são ocorrência de ventos fortes, ressacas extremas na orla das praias, temperatura acima da média e inundações. Em adição, as principais consequências das mudanças climáticas para o turismo nos destinos fluminenses analisados são prejuízo financeiro, citado por 68,6% dos respondentes; desequilíbrios ecológicos (54,3%); diminuição da atratividade turística das cidades (54,3%); riscos de abastecimento de água, energia e serviços públicos (42,9%); segurança do turista e morador (34,3%) e aumento da poluição e contaminação por esgoto e lixões (34,3%). Os atores locais percebem que os setores com maior probabilidade de ser afetado pelas mudanças climáticas no turismo são a rede de hospedagem (88,6%); bares, restaurantes e afins (65,7%); e os próprios atrativos naturais, culturais e artificiais (45,7%). A predominância das respostas revela que a percepção de riscos associados às mudanças climáticas no turismo é fortemente vinculada à uma preocupação de ordem econômica, como demonstra a atenção dada aos possíveis



prejuízos econômicos e à redução da demanda turística em empreendimentos do setor. Nos principais destinos fluminenses, o ecoturismo (28,6%) e o turismo náutico (34,3%) são percebidos como os segmentos mais vulneráveis às mudanças climáticas, devido à sua dependência de condições ambientais favoráveis. A responsabilidade pela mitigação das mudanças climáticas é vista como compartilhada entre diferentes níveis de governo, com a maior parte das respostas (65,7%) apontando para o papel central das autoridades públicas na coordenação das ações. Por outro lado, 17,1% dos respondentes acredita não ser possível atribuir a responsabilidade das mudanças climáticas a nenhum setor. Algumas iniciativas locais já em andamento nos principais destinos fluminenses incluem o reflorestamento e projetos de educação ambiental. Por outro lado, há uma percepção ampla de que mais ações específicas são necessárias. Entre as medidas prioritárias sugeridas para enfrentar as mudanças climáticas no turismo estão ações de educação ambiental (60%), investimentos em tecnologias (54,3%), desocupação de áreas de risco (51,4%), cooperação entre diferentes órgãos (37,1%) e a regeneração da cobertura vegetal (40%).

#### Considerações finais:

A pesquisa permitiu evidenciar que as mudanças climáticas são percebidas como uma ameaça efetiva e que já atinge os principais destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, essa preocupação ainda não se traduz em ações concretas e coordenadas para enfrentar os principais riscos associados aos eventos climáticos extremos. Também cabe destacar que, embora a maior parte dos representantes do setor turístico dos destinos estudados considere o enfrentamento à emergência climática como necessária e urgente, há indícios que parte desses representantes compartilham uma perspectiva negacionista frente às mudanças do clima, negligenciando ou minimizando os efeitos dessas mudanças. A internalização insuficiente das mudanças climáticas nas políticas de turismo se reflete na insuficiência ou mesmo na ausência de ações de governança de riscos, caracterizando uma distância entre discurso e prática do setor de turismo no campo das mudanças ambientais. A associação predominante entre riscos climáticos e perda econômica limita uma discussão mais ampla sobre o tema e indica a importância de instrumentos participativos e políticas de adaptação que não apenas protejam a demanda turística, mas assegurem resiliência das localidades. Por fim, a falta de direcionamentos concretos para o enfrentamento às mudanças climáticas nos destinos do Estado do Rio de Janeiro também reflete as dificuldades de protagonismo no Brasil na agenda climática global, que coloca o país em uma posição de vulnerabilidade ambiental e turística.

#### Referências:

- ARTAXO, P.; RODRIGUES, D. **As Bases Científicas das Mudanças Climáticas**. Litigância Climática: Novas Fronteiras Para O Direito Ambiental No Brasil [S.l.: s.n.], 2019.
- LENZEN, M.; SUN, Y.Y.; FATURAY, F.; TING, Y.P.; GESCHKE, A.; MALIK, A. *The carbon footprint of global tourism*. **Nature Climate Change**, v. 8, p. 522-528, 2018.
- GIL, J.; MARQUES, N.; Andrade, G. N. Agenda climática e o turismo no Brasil: contribuições para políticas públicas de adaptação frente às mudanças climáticas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, 17, e-2759, 2023.
- GRIMM, I. J. **Mudanças Climáticas e Turismo: estratégias de adaptação e mitigação**. 2016. 249f. Tese de Doutorado (Universidade Federal do Paraná). Curitiba: UFPR, 2016.
- GRIMM, I. J.; ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. O turismo no cenário das mudanças climáticas: impactos, possibilidades e desafios. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v.12, n.3, p.1-22, 2018.
- IPCC. *Summary for Policymakers*. In: MASSON-DELMOTTE et al. **An IPCC Special Report on the impacts of global warming**. Geneva: World Meteorological Organization, 2018.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Declaração de Glasgow para Ação Climática no Turismo**. 2021.
- PAULA, C. B. **As mudanças climáticas no desenvolvimento da atividade turística no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília. Curso de Turismo. Brasília: UnB, 2019.
- KRON, W. Coasts: the riskiest places on Earth. In: SMITH, J. M. (Org.). **Coastal Engineering**. Hamburg, 2008.
- ROCHA, M. M.; SILVEIRA, A. T. Gestão de Risco no Turismo. Análise dos Destinos Turísticos no Brasil e a Vulnerabilidade a Desastres Naturais. **Marketing & Tourism Review**, Belo Horizonte, v. 6, n.1., 2021.